



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AC

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 22510518/2022-CPL/SELOG/SR/PF/AC

Processo nº 08220.000263/2022-50

**PREGÃO Nº 05/2022**

(Processo Administrativo n.º 08220.000263/2022-50)

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de materiais de consumo diversos para atendimento às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre e órgãos participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITENS	DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL TOTAL
1	AÇUCAR CRISTAL - GERENCIADOR	Açúcar cristal de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de-açúcar. Aspecto: sólido com cristais bem definidos. Cor: branca. RESOLUÇÃO-RDC Nº 271 e 277/2005 da ANVISA. Marca de Referência: União. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).	KG	1000	2.000	R\$ 5,08	R\$ 10.160,00
	AÇUCAR CRISTAL - PARTICIPANTE 1 (BOMBEIROS - AC)			1500	3.000		R\$ 15.240,00
	AÇUCAR CRISTAL - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)			370	740		R\$ 3.759,20
	AÇUCAR CRISTAL - PARTICIPANTE 3 (SUFRAMA - AC)			66	132		R\$ 670,56
2	CAFÉ TORRADO - GERENCIADOR	Café Torrado com sabor intenso, encorpado e prolongado que possuam testes laboratoriais atestando sua pureza e procedencia. RESOLUÇÃO-RDC Nº 277/2005 da ANVISA. Marca de Referência: 3corações. Similar ou de	Pacote 500G	1000	2.000	R\$ 22,39	R\$ 44.780,00

		melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).					
3	<b>BANDEIRA BRASIL - GERENCIADOR</b>	BANDEIRA 2 PANOS BRASIL - dois panos de 45 centímetros, perfazendo 90 centímetros de largura por 128,57 centímetros de comprimento (uso interno).	Unidade	25	50	<b>R\$ 132,66</b>	<b>R\$ 6.633,00</b>
	<b>BANDEIRA BRASIL - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			5	10		<b>R\$ 1.326,60</b>
4	<b>BANDEIRA ACRE - GERENCIADOR</b>	BANDEIRA 2 PANOS ACRE - dois panos de 45 centímetros, perfazendo 90 centímetros de largura por 128,57 centímetros de comprimento (uso interno).	Unidade	25	50	<b>R\$ 105,37</b>	<b>R\$ 5.268,50</b>
	<b>BANDEIRA ACRE - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			5	10		<b>R\$ 1.053,70</b>
5	<b>BANDEIRA PF - GERENCIADOR</b>	BANDEIRA 2 PANOS PF - dois panos de 45 centímetros, perfazendo 90 centímetros de largura por 128,57 centímetros de comprimento (uso interno) - forma retangular, em tecido todo na cor azul-celeste, tendo ao seu centro o Emblema do PF, constante do Anexo I da Portaria nº 1.204-DG/DPF, de 1999.	Unidade	25	50	<b>R\$ 198,00</b>	<b>R\$ 9.900,00</b>
6	<b>BANDEIRA BRASIL - GERENCIADOR</b>	BANDEIRA 3 PANOS BRASIL - 1,35 X 1,93 - três panos de 45 centímetros, com largura total de 135 centímetros por 192,85 centímetros de comprimento (uso externo).	Unidade	25	50	<b>R\$ 134,30</b>	<b>R\$ 6.715,00</b>
7	<b>BANDEIRA ACRE - GERENCIADOR</b>	BANDEIRA 3 PANOS ACRE - três panos de 45 centímetros, com largura total de 135 centímetros por 192,85 centímetros de comprimento (uso externo).	Unidade	25	50	<b>R\$ 135,97</b>	<b>R\$ 6.798,50</b>
8	<b>BANDEIRA PF - GERENCIADOR</b>	BANDEIRA 3 PANOS PF - três panos de 45 centímetros, com largura total de 135 centímetros por 192,85 centímetros de comprimento (uso externo) - a forma retangular, em tecido todo na cor azul-celeste, tendo ao seu centro o Emblema do PF, constante do Anexo I da Portaria nº 1.204-DG/DPF, de 1999.	Unidade	25	50	<b>R\$ 175,63</b>	<b>R\$ 8.781,50</b>
9	<b>COPO DESCARTAVEL - GERENCIADOR</b>	COPO DESCARTAVEL DE CAFÉ 50 ML. Cor: Transparente, [REDACTED] biodegradável. produto deve possuir em sua formulação aditivo Biodegradável, que acelera a decomposição quando descartado devidamente na natureza. Marca de Referência: CristalCopo. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).	Embalagem 100 unidades	1000	2.000	<b>R\$ 7,43</b>	<b>R\$ 14.860,00</b>
	<b>COPO DESCARTAVEL - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			1000	2.000		<b>R\$ 14.860,00</b>
10	<b>PAPEL TOALHA -</b>	Papel Toalha, tamanho mínimo da folha 19XM X 20CM. Marca de Referência: Snob.	Pacote c/ 2 rolos	250	500	<b>R\$ 13,29</b>	<b>R\$ 6.645,00</b>

	<b>GERENCIADOR</b>	Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).					
	<b>PAPEL TOALHA - PARTICIPANTE 1 (BOMBEIRO - AC)</b>			250	500		<b>R\$ 6.645,00</b>
	<b>PAPEL TOALHA - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			50	100		<b>R\$ 1.329,00</b>
11	<b>VASSOURA - GERENCIADOR</b>	Vassoura Piaçava Natural Com Cabo, indicada para área externa e pisos rústicos.	Unidade	5	10	<b>R\$ 17,72</b>	<b>R\$ 177,20</b>
12	<b>VASSOURA - GERENCIADOR</b>	Vassoura, material cerdas pelo sintético, material cabo de madeira roscável plastificada, material cepa plástica, comprimento da cepa 20cm, comprimento das cerdas 11cm, aplicação limpeza em geral	Unidade	15	30	<b>R\$ 17,84</b>	<b>R\$ 535,20</b>
13	<b>VASSOURA - GERENCIADOR</b>	Vassoura Escovão Limpeza Pesada Nylon, Cerdas Duras Com Cabo. Marca de Referência: Noviça. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).	Unidade	5	10	<b>R\$ 25,90</b>	<b>R\$ 259,00</b>
14	<b>RODO - GERENCIADOR</b>	Rodo 40cm, na cor verde com cabo. Marca de Referência: Noviça. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).	Unidade	5	10	<b>R\$ 38,47</b>	<b>R\$ 384,70</b>
15	<b>PÁ DE LIXO - GERENCIADOR</b>	Pá De Lixo Com Cabo Articulado. Marca de Referência: Noviça. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).	Unidade	3	10	<b>R\$ 35,50</b>	<b>R\$ 355,00</b>
16	<b>JARRA - GERENCIADOR</b>	Jarra De Vidro Lisa 1,5 Litros. Medidas aproximadas - 22 x 9cm (Altura x Boca).	Unidade	4	7	<b>R\$ 43,00</b>	<b>R\$ 301,00</b>
	<b>JARRA - PARTICIPANTE 1 (BOMBEIRO - AC)</b>			25	50		<b>R\$ 2.150,00</b>
	<b>JARRA - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			25	7		<b>R\$ 301,00</b>
17	<b>GARRAFA TERMICA - GERENCIADOR</b>	Garrafa Térmica Air Pot 1,8 Litros Inox – Marca de Referência: INVICTA. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).	Unidade	10	20	<b>R\$ 138,68</b>	<b>R\$ 2.773,60</b>
	<b>GARRAFA TERMICA - PARTICIPANTE 1 (BOMBEIRO - AC)</b>			50	100		<b>R\$ 13.868,00</b>
	<b>GARRAFA</b>			6	12		<b>R\$ 1.664,16</b>

	<b>TERMICA - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>						
18	<b>PORTA DETERGENTE - GERENCIADOR</b>	Porta Detergente/sabão/esponja - Plástico Rattan C/base Nitron com BPA Free, Largura: 10,5 cm, Comprimento: 19,5 cm e Altura: 7 cm mínimas.	Unidade	5	10	<b>R\$ 13,10</b>	<b>R\$ 131,00</b>
	<b>PORTA DETERGENTE - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			5	10		<b>R\$ 131,00</b>
19	<b>LEITEIRA - GERENCIADOR</b>	Leiteira Media 18 Cm 3,85 L, Canecao Aluminio, Cabo Madeira.	Unidade	3	5	<b>R\$ 52,91</b>	<b>R\$ 264,55</b>
	<b>LEITEIRA - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			3	5		<b>R\$ 264,55</b>
20	<b>ESCORREDOR DE LOUÇA - GERENCIADOR</b>	Escorredor de Louças Basic, Dimensões mínimas 45 x 35 x 10,5 cm, cor branca. Marca de Referência: Warm Gray. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).	Unidade	5	10	<b>R\$ 68,77</b>	<b>R\$ 687,70</b>
	<b>ESCORREDOR DE LOUÇA - PARTICIPANTE 1 (BOMBEIRO - AC)</b>			25	50		<b>R\$ 3.438,50</b>
	<b>ESCORREDOR DE LOUÇA - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			5	10		<b>R\$ 687,70</b>
21	<b>ESCOVA ROUPA - GERENCIADOR</b>	Escova de lavar roupas, Material da Base: Plástico: Material das Cerdas: Nylon	Unidade	5	10	<b>R\$ 10,43</b>	<b>R\$ 104,30</b>
	<b>ESCOVA ROUPA - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			2	4		<b>R\$ 41,72</b>
22	<b>BALDE - GERENCIADOR</b>	Balde com Alça de arame galvanizado, capacidade 10 litros, material plástico, cor preto, reforçado.	Unidade	5	10	<b>R\$ 17,56</b>	<b>R\$ 175,60</b>
	<b>BALDE - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			5	10		<b>R\$ 175,60</b>
23	<b>BALDE - GERENCIADOR</b>	Balde, material plástico, tamanho extra, material alça arame galvanizado, capacidade 20l, cor preta.	Unidade	10	20	<b>R\$ 46,77</b>	<b>R\$ 935,40</b>
	<b>BALDE - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			10	20		<b>R\$ 935,40</b>
24	<b>LUSTRADOR MOVEIS - GERENCIADOR</b>	Lustrador móveis, componentes ceras e solventes, aplicação móveis e superfícies lisas, características adicionais composto emulsificado, contém mínimo 6,5% de sólido, aspecto físico líquido. Marca de	Frasco com 200 ML	5	10	<b>R\$ 10,70</b>	<b>R\$ 107,00</b>

		Referência: Peroba. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).					
25	<b>DESINFETANTE - GERENCIADOR</b>	Desinfetante líquido, aplicação uso geral, composição química nonilfenol, etoxilado 95 moles, cloreto de alquil dimetil benzil amônio-0,4% (princípio ativo), dispersão acrílico-nitrilo, butadieno e água, frasco plástico 2 litros, aroma lavanda, eucalipto ou pinho. Marca de Referência: Ypê. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário). Aprovado pela anvisa.	Frasco com 01 Litro	100	200	<b>R\$ 8,48</b>	<b>R\$ 1.696,00</b>
26	<b>DESODORANTE AR - GERENCIADOR</b>	Desodorante/ aromatizante de ambiente, tipo aerosol, aroma lavanda, uso geral, características adicionais ingrediente ativo solubilizante coadjuvante, 400 ml. Marca de Referência: BomAr. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	Frasco com 400 ml	15	30	<b>R\$ 16,26</b>	<b>R\$ 487,80</b>
27	<b>DETERGENTE - GERENCIADOR</b>	Detergente para louça, com aromatizante, frasco embalagem em plástico rígido de 500 ml, composição química tesoativos aniônicos, coadjuvante, preservantes, componente ativo linear alquibenzeno, sulfonato de sódio, aplicação remoção de gorduras de louças, talheres e panelas. Marca de Referência: Ypê. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário). Aprovado pela anvisa.	Frasco com 500 ml	100	200	<b>R\$ 4,36</b>	<b>R\$ 872,00</b>
	<b>DETERGENTE - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			250	500		<b>R\$ 2.180,00</b>
28	<b>ÁGUA SANITARIA - GERENCIADOR</b>	Água sanitária, composição química hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto, teor cloro ativo varia de 2 a 2,50%, classe corrosivo classe 8, número risco 85, risco saúde 3, corrosividade 1, peso molecular cloro 74,50, densidade de 1,20 a 1 g/l, cor amarela esverdeada bastante fraca, aplicação lavagem e alvejante de roupas, banheiras, pias, tipo limão. Marca de Referência: Qboa. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário). Aprovado pela anvisa.	Litro	100	200	<b>R\$ 4,05</b>	<b>R\$ 810,00</b>
29	<b>DETERGENTE ÁCIDO - GERENCIADOR</b>	Detergente ácido, aspecto físico líquido, composição básica tensoativos aniônicos, corante e água, aplicação limpeza de alumínio. Marca de Referência: Diabo Verde. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário). Aprovado pela anvisa.	Frasco com 500 ml	50	100	<b>R\$ 4,71</b>	<b>R\$ 471,00</b>
30	<b>SODA CAÚSTICA -</b>	Soda cáustica para limpeza 1kg escamas cristalizadas; produto apresentado em pote plástico	KG	5	10	<b>R\$ 19,38</b>	<b>R\$ 193,80</b>

	<b>GERENCIADOR</b>	em 1kg aprovado pela anvisa.					
31	<b>ESPONJA - GERENCIADOR</b>	Esponja de limpeza, material sintético, aplicação lavagem de louça, dupla face, com lado abrasivo, tamanho 100x71x20mm. Marca de Referência: Bombril. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	Unidade	50	100	<b>R\$ 3,67</b>	<b>R\$ 367,00</b>
	<b>ESPONJA - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			50	100		<b>R\$ 367,00</b>
32	<b>ESPONJA - GERENCIADOR</b>	Esponja limpeza, material lâ aço, pct com 60g. Marca de Referência: Bombril. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	Pacote 60 gramas	50	100	<b>R\$ 2,39</b>	<b>R\$ 239,00</b>
	<b>ESPONJA - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			50	100		<b>R\$ 239,00</b>
33	<b>ESTOPA - GERENCIADOR</b>	Estopa, material fio algodão puro, aplicação polimento e limpeza especial.	Saco com 500G	50	100	<b>R\$ 18,71</b>	<b>R\$ 1.871,00</b>
	<b>ESTOPA - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			50	100		<b>R\$ 1.871,00</b>
34	<b>PANO - GERENCIADOR</b>	Pano De Prato com bainha e 100% algodão, 60 cm x 33 cm.	Unidade	20	40	<b>R\$ 5,31</b>	<b>R\$ 212,40</b>
	<b>PANO - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			20	40		<b>R\$ 212,40</b>
35	<b>PANO - GERENCIADOR</b>	Pano de Chão De Microfibra para Limpeza em Geral 50x70cm (Azul).	Unidade	150	300	<b>R\$ 13,46</b>	<b>R\$ 4.038,00</b>
	<b>PANO - PARTICIPANTE 1 (BOMBEIRO - AC)</b>			100	200		<b>R\$ 2.692,00</b>
36	<b>PANO - GERENCIADOR</b>	Panos 100% Microfibra 40x40. Marca de Referência: FLASHLIMP. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	Unidade	50	100	<b>R\$ 11,62</b>	<b>R\$ 1.162,00</b>
	<b>PANO - PARTICIPANTE 1 (BOMBEIRO - AC)</b>			100	200		<b>R\$ 2.324,00</b>
	<b>PANO - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			50	100		<b>R\$ 1.162,00</b>
37	<b>CESTO LIXO - GERENCIADOR</b>	Cesto lixo, material plástico, capacidade 10 l, características adicionais sem tampa	Unidade	25	50	<b>R\$ 23,01</b>	<b>R\$ 1.150,50</b>
	<b>CESTO LIXO - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			10	20		<b>R\$ 460,20</b>
38	<b>CESTO LIXO - GERENCIADOR</b>	Cesto Lixeira Plastica com Pedal 50 Litros, na cor Branca.	Unidade	5	10	<b>R\$ 154,37</b>	<b>R\$ 1.543,70</b>
	<b>CESTO LIXO - PARTICIPANTE 1</b>			50	100		<b>R\$ 15.437,00</b>

	<b>(BOMBEIRO - AC)</b>						
39	<b>SABÃO EM BARRA - GERENCIADOR</b>	Sabão em barra, composição básica sais e ácido graxo, tipo com alvejante, características adicionais com perfume, barra de 200g. Marca de Referência: Ypê. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário). Aprovado pela anvisa.	Barra 200g	75	150	<b>R\$ 3,32</b>	<b>R\$ 498,00</b>
	<b>SABÃO EM BARRA - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			20	40		<b>R\$ 132,80</b>
40	<b>SABÃO EM PÓ - GERENCIADOR</b>	Sabão em pó; composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branqueador óptico, fragrância, água e carga; características adicionais: contendo alquil benzeno e sulfonato de sódio, com coloração azul, embalagem em papelão [REDACTED] Marca de Referência: Ypê. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário). Aprovado pela anvisa	Caixa com 2 Kg	37	75	<b>R\$ 19,29</b>	<b>R\$ 1.446,75</b>
	<b>SABÃO EM PÓ - PARTICIPANTE 1 (BOMBEIRO - AC)</b>			100	200		<b>R\$ 3.858,00</b>
	<b>SABÃO EM PÓ - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>	Só será admitida a oferta de detergente em pó, fabricado no país ou importado, cuja composição respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata.		100	20		<b>R\$ 385,80</b>
41	<b>SACO LIXO - GERENCIADOR</b>	Saco De Lixo - 100 Litros Reforçado, biodegradável, produto deve possuir em sua formulação aditivo Biodegradável, que acelera a decomposição quando descartado devidamente na natureza. Marca de Referência: DoBrasil. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário)	Pacote com 10 unidades	50	100	<b>R\$ 41,44</b>	<b>R\$ 4.144,00</b>
42	<b>SACO LIXO - GERENCIADOR</b>	Saco De Lixo - 50 Litros Reforçado, biodegradável, produto deve possuir em sua formulação aditivo Biodegradável, que acelera a decomposição quando descartado devidamente na natureza. Marca de Referência: DoBrasil. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).	Pacote com 20 unidades	75	150	<b>R\$ 36,39</b>	<b>R\$ 5.458,50</b>
43	<b>LUVA - GERENCIADOR</b>	Luva de Borracha, material latex, antiderrapante, tamanho grande, características adicionais: sem forro e uso limpeza geral	Par	10	20	<b>R\$ 15,35</b>	<b>R\$ 307,00</b>
	<b>LUVA - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>			10	20		<b>R\$ 307,00</b>
44	<b>CAFÉ TORRADO - PARTICIPANTE 1 (BOMBEIROS - AC)</b>	Café Torrado com sabor intenso, encorpado e prolongado que possuam testes laboratoriais atestando sua pureza e procedencia. RESOLUÇÃO-RDC Nº 277/2005 da ANVISA. Marca de Referência: 3corações. Similar ou de	Pacote 500G	1500	3.000	<b>R\$ 22,39</b>	<b>R\$ 67.170,00</b>

		melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).					
45	<b>CAFÉ TORRADO - PARTICIPANTE 2 (PRF - AC)</b>	Café Torrado com sabor intenso, encorpado e prolongado que possuam testes laboratoriais atestando sua pureza e procedencia. RESOLUÇÃO-RDC Nº 277/2005 da ANVISA. Marca de Referência: 3 corações. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).	Pacote 500G	370	740	<b>R\$ 22,39</b>	<b>R\$ 16.568,60</b>
<b>VALOR GLOBAL</b>							<b>R\$ 338.609,69</b>

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s) encontra-se nas tabelas acima.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, improrrogável.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

## 5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

## 6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da comunicação e envio do empenho pelo responsável do órgão, em remessa única, nos seguintes endereços:

Órgãos	Endereço	E-mail /telefone
Gerenciador - Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre	Superintendência de Polícia Federal no Acre, BR-364, nº 3501, Portal da Amazônia, Rio Branco/Acre, CEP: 69915-630.	E-mail: <a href="mailto:cpl.srac@gmail.com">cpl.srac@gmail.com</a> / Telefone: (68) 3212-1285
Participante 1 - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre	Estrada da Usina, nº 669, Morada do Sol, Rio Branco/Acre, CEP: 69901-097	E-mail: <a href="mailto:comprasdlpf.bombeiros@gmail.com">comprasdlpf.bombeiros@gmail.com</a> / Telefone: (68) 3215-4700 / (68) 99932-7515
Participante 2 - SUFRAMA	Coordenação Regional de Rio Branco/AC, localizada na Rodovia BR 364, Km 0, nº 4045 – Bairro Santa Inês, Rio Branco/AC, CEP 69907-701	E-mail: <a href="mailto:maria.alves@suframa.gov.br">maria.alves@suframa.gov.br</a> e <a href="mailto:corerbr@suframa.gov.br">corerbr@suframa.gov.br</a> / Telefone: (68) 3321-1529/5113
Participante 3 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal no Acre	Av. Epaminondas Jácome nº 3017 – Centro, Rio Branco/Ac, CEP: 69900-050	E-mail: <a href="mailto:protocolo.ac@prf.gov.br">protocolo.ac@prf.gov.br</a> / Telefone: (68) 3212-5300

6.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.



6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **12. DO PAGAMENTO**

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6 / 100) / 365 \quad I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

### 13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^o) / I^o$$

onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I<sup>o</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Os bens em questão são bens não duráveis, considerados bens de consumo, ademais a garantia é obrigatória para os contratos que envolvam a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017, o que não é o caso da presente contratação.

## 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo; ou
- cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa**:

(1) moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

17.3.1.1.1. Comprovação de aptidão para fornecimento de materiais de consumo (copa e cozinha) em características, quantidades e prazos compatíveis com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.4.2. Valores unitários: conforme tabela do subitem 1.1. deste Termo de Referência.

17.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.

17.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

18.1. O valor máximo aceitável para a aquisição dos itens, será o da tabela do subitem 1.1. deste Termo de Referência.

## **19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

19.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

**DIOGENES RODRIGUES DOS SANTOS**

Agente de Polícia Federal

Membro da CPL

De Acordo, encaminha-se ao Superintendente Regional para fins de aprovação

**GLAUCO FERREIRA DE SOUZA RIBEIRO**

Agente Administrativo da PF

Chefe do SELOG/SR/PF/AC

**DESPACHO:**

APROVO o Termo de Referência, bem como AUTORIZO a realização dos procedimentos necessários para as aquisições, através de registro de preços, de empresa para aquisição de materiais de consumo diversos para atendimento às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre e órgãos participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

**FLAVIO HENRIQUE DE AVELAR**

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional da SR/PF/AC em exercício



Documento assinado eletronicamente por **DIOGENES RODRIGUES DOS SANTOS, Agente de Polícia Federal**, em 25/03/2022, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENZO RAMOS DA GAMA, Chefe de Setor - Substituto(a)**, em 28/03/2022, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO HENRIQUE DE AVELAR, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 28/03/2022, às 19:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **22510518** e o código CRC **87B28115**.